

CEDI - P. I. B.
DATA 30/09 88
COD. E1D00111

469 CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS

4-8 DE JULHO DE 1988 - AMSTERDAN - HOLANDA

Grandes Projetos e seus impactos sobre
as comunidades indígenas e Camponesas
na Amazônia Brasileira - (Coordenador:
Jean Hébette. (NAEA/UFPa)

COMUNICAÇÃO:

Os Índios da Amazônia, um Desafio Recíproco

LUX BOELITZ VIDAL

Departamento de Antropologia

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

-Comissão Pró-Índio de São Paulo-

Vivem hoje no Brasil 220.000 índios, remanescentes de uma população estimada em milhões na época da conquista. As sociedades indígenas no Brasil são pequenas e altamente diversificadas entre si. São 180 grupos étnicos com linguas e dialetos distintos. Vivem em condições diversas que vão desde a total ausência de contato direto com a sociedade nacional até um convívio que data de séculos. O Brasil conta hoje com 130 milhões de habitantes, sendo assim, os índios representam apenas uma parte ínfima da população do país. Ocupam, porém, teoricamente, quase 8% do território nacional. Em termos absolutos, por outro lado, a população indígena tem crescido nos últimos anos, configurando-se uma recuperação demográfica bastante significativa. (M. Carneiro da Cunha 1987).

60% da população indígena vive na Amazônia Legal, uma vasta área de 5 milhões de Km²., 59% do território nacional, onde estão sendo implantados os grandes projetos estatais e privados desta década, o que deixa antever uma rápida transformação de grande parte dos ecossistemas da região e uma nova configuração econômica, social e institucional. Esta imensa região encontra-se hoje sob forte pressão de ocupação humana, planejada e espontânea, constituindo-se em uma nova fronteira para o século 21.

Neste contexto a questão indígena, hoje, é parte indissolúvel de uma questão bem maior: o futuro da Amazônia e a capacidade e vontade da sociedade brasileira em preservar e administrar o seu patrimônio. Depende também da capacidade dos índios em transformar seus direitos permanentes e constitucionais em realidade, viabilizando um futuro diferenciado para os povos indígenas do Brasil.

Nos velhos tempos da conquista, muitos chegaram à Amazônia, explorando o desconhecido. Mas em geral, as expedições em busca de riquezas não foram bem sucedidas. Mesmo assim, durante séculos, os índios daquela região foram atravessados por diferentes

formas de sujeição e vários ciclos econômicos, sofrendo um aniquilamento físico e cultural. Mas, devido à extensão territorial, muitos grupos conseguiram fugir, se refugiando em nichos de difícil acesso. O resto se assimilou à população brasileira ou sobreviveu em pequenos núcleos semi-aculturados.

No século XIX, no sul do país, há uma maciça chegada de colonos europeus e inicia-se o ciclo do café e a expansão da agropecuária, provocando graves conflitos com os índios. No Nordeste prevalecem a monocultura açucareira e a agropecuária e na Amazônia as atividades extrativistas ao longo dos rios e seus tributários, especialmente a borracha (1910) e a castanha do Pará (1940-1970). Todas estas frentes de expansão atingem e destroem irreversivelmente os territórios indígenas.

A verdade crua é que entre 1900 e 1950 desaparecem mais de 80 grupos indígenas (D.Ribeiro: 1970).

Em 1910, com o intuito de dar algum amparo legal ao índio, é criado o Serviço de Proteção aos Índios que até 1958, ano da morte do Marechal Rondon, se caracterizou por um indigenismo idealista, baseado na filosofia de Auguste Comte.

Entre 1955 e 1967 o SPI sofreu um processo de decadência que levou a sua extinção e à criação da Fundação Nacional do Índio. Houve uma tentativa de democratização do órgão mas sem sucesso.

Segue-se a implantação de um poder monolítico de decisão sobre os destinos dos povos indígenas. E o componente centralizador ressurgiu ainda com mais força, especialmente quando se considera que foi precisamente em 1968 que se formalizava o Estado Autoritário no país, através do Ato Institucional nº 5, quando, praticamente se legislava por decreto do Poder Executivo. As decisões da política indigenista, desde então, ficaram nas mãos do representante do Ministério do Interior e a Funai, de uma forma crescente, começa a ser ocupada por militares e depois por funcionários empresariais que não tinham nenhuma experiência indigenista. Essa inserção da FUNAI, no espaço do Poder Executivo Federal é ainda agrava-

da por ser esse espaço controlado pelo Ministério do Interior, o órgão do Governo essencialmente comprometido com as políticas desenvolvimentistas. Em resumo, a política indigenista tornou-se uma questão de política de Estado e do controle sobre as terras dos índios e dos recursos naturais que elas abrigam.

Em 1970, porém, em Mato Grosso, se realiza a primeira Assembléia dos povos indígenas do Brasil, sob o patrocínio do CIMI Conselho Missionário Indigenista. Ela ocorre fora do espaço dominado pelo Estado.

Foram criadas, desde então, as condições de surgimento de lideranças indígenas e de uma política indígena, dos índios, divergente da política indigenista oficial. Isto representava um fato absolutamente novo e que teve suas repercussões no interior do mundo indígena e no espaço de suas relações com a sociedade nacional, o Estado e os meios de comunicação de massa. As assembleias desde então se multiplicaram e tiveram o mérito de conscientizar os povos indígenas sobre seus direitos e organizar suas lideranças para a luta política.

Diante desta nova realidade, em 1977, houve por parte do Governo uma tentativa de "emancipação" das comunidades indígenas. O teor desta emancipação, aparentemente generosa, pretendia, na verdade, a exclusão progressiva dos povos indígenas do abrigo da legislação especial, constante do Estatuto do Índio e acelerar uma integração forçada.

Em 1979, porém, foi criada a UNI - União das Nações Indígenas - exclusivamente dirigida por índios. Paralelamente, surgiram, no país, várias organizações de Apoio aos Índios. Essas organizações formadas por pessoas solidárias com a luta indígena passaram a cobrir um espaço bastante mais amplo do que aquele até então coberto pelo CIMI. A Associação Brasileira de Antropologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e mais tarde várias entidades ecológicas apoiaram o movimento indígena. Essas manifestações da sociedade civil começaram a ocorrer a partir da instauração do processo de abertura política em fins de 1978.

Para os índios, entretanto, assegurar, a nível da realidade, esta abertura política foi e ainda é um processo extremamente penoso. Os obstáculos são grandes. Os hábitos autoritários subsistem no Estado e sobretudo no aparelho indigenista totalmente tomado pela ideologia do desenvolvimentismo e Segurança Nacional.

Para as sociedades indígenas da Amazônia, desde 1970, o cerco começou a se fechar. Os índios eram vistos como possuidores de terras cobiçadas (muita terra para pouco índio) e eles se transformam rapidamente em "Vítimas do Milagre" (Sh. Davis: 1977). Houve um movimento, na época, de denúncias de genocídio das populações indígenas por parte da opinião internacional. Ocorreram pacificações desastrosas de vários grupos, como a dos Parakanã e Arara do Pará na época da construção da Transamazônica, assim como a exploração econômica de outros grupos, como coltores de castanha do Pará, em regime de semi-escravidão. Aumentava o controle político exercido sobre as comunidades através das chefias de Posto e Delegacias Regionais criando fortes laços de dependência e os índios são incentivados a desenvolver projetos comunitários de tipo empresarial controlado pela FUNAI. Aumenta, como mencionado acima, o controle estatal e do Conselho de Segurança Nacional sobre as áreas indígenas e a questão da demarcação das terras passa sob a responsabilidade do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, tornando todo o processo mais moroso e conseqüentemente dando margem às mais diversas pressões regionais.

No fim dos anos 70, algumas comunidades, porém, se organizam e conseguem a demarcação de suas terras, é o início da resistência indígena. É o caso dos Xavante de Mato Grosso, os Kayapó do Xingú e os Kaingang do Sul do país. Os Gavião do Pará que em 1976 já haviam conseguido uma certa autonomia ao comercializar sua produção de castanha, em 1981 lutam por indenização pela passagem de uma linha de Alta Tensão em seu território, obtendo ganho de causa. No Nordeste, uma antiga fronteira, os índios se organizam para recuperar a sua identidade étnica; é o caso dos Xocó, Kiriri, Pataxó e outros.

No Acre, índios e colonos seringueiros se organizam em cooperativas e lutam para obter uma maior autonomia econômica.

Os inimigos, porém, também se organizam. Aumentam os conflitos violentos. Lobbies anti-índigenas, atuam no Congresso e há grande pressão das mineradoras para que o Governo autorize atividades de mineração em áreas indígenas. Os índios e as entidades de Apoio, tornaram-se, em 1987, alvos de uma campanha difamadora de proporções e virulência inéditas, por parte de alguns jornais conservadores (CEDI: 1988).

Seja como for, a nova realidade indígena constituída pela presença irreversível da voz do índio em defesa de seus próprios interesses, coloca em crise toda a tutela do Estado que não pode mais exercer o seu controle ignorando as aspirações dos índios, não mais implícitas na ideologia indigenista, mas agora explícitas no pensamento político, manifestadas por suas lideranças (R. Cardoso de Oliveira: 1982).

Todas estas questões e sucessivas lutas e desafios estiveram dramaticamente presentes durante todos os trabalhos da Assembleia Constituinte, para a elaboração da Nova Carta e em especial no que se refere ao Capítulo dos Índios.

"Pode-se dizer que o texto aprovado em primeiro turno, pelo plenário do Congresso Nacional Constituinte, sobre os direitos indígenas, estabelece novos marcos para as relações entre os povos indígenas e a sociedade-estado. Suprime definitivamente a integração dos índios como finalidade da legislação e garante-lhes proteção e respeito à sua organização social, usos e costumes, línguas, crenças e tradições, além de lhes reconhecer seus originários direitos sobre as terras que ocupam.

Parcelas vitais de decisões que afetam as nações indígenas passam a ser determinadas pelo Congresso Nacional. Estabeleceu-se que os projetos com relação à mineração e aproveitamento de recursos hídricos e energéticos em terras indígenas, ficam condicionados ao Congresso e os índios deverão ser ouvidos durante o pró-

prio processo decisório. A FUNAI tem o seu papel de tutor reduzido e perdeu parte de seu poder discricionário, pois a Constituição já não exige sua interveniência em todos os atos dos índios que ganharam a oportunidade e iniciativa para ingressarem diretamente em juízo. O mais importante, conceitualmente, é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entende os índios como uma categoria puramente transitória, destinada a desaparecer com o tempo. Isto é, admite-se, após 488 anos que eles não são uma espécie em extinção. Eles são chamados agora de "índios", "comunidades" e "grupos indígenas". E ainda, conceitua terra indígena, incluindo nela não só aquelas necessárias à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente e às necessárias à sua produção física e cultural.

Durante as diferentes etapas dos trabalhos da Assembléia Constituinte, os índios, apesar de não estarem representados na Assembléia, marcaram presença, apresentando as suas reivindicações. Este acompanhamento firme e seguro, por parte de centenas de índios foi um aspecto decisivo para as negociações finais e especialmente no momento do voto em plenário. Megaron Metuktire, um índio Kayapó, do Parque Indígena do Xingú, bem resumiu a nova situação: Os brancos tem que respeitar o que eles próprios criaram hoje. Não fomos nós que criamos, mas só estamos marcando presença. O branco que votou, que fez essa lei, vai ter que cumprir. Nós vamos cobrar essa lei que está aprovada aí". (Publicação do CEDI: 10/06/88-Os Direitos dos Índios na hora da Constituição Brasileira - Mimeo.).

O desafio, de aqui em diante, vai consistir em transpor e transformar os dispositivos constitucionais aprovados, em atos concretos, adaptados à uma realidade extremamente complexa.

"A tradição dos índios com o Executivo, as ressalvas que apesar de tudo existem no texto constitucional e a reduzida capacidade de pressão direta da maioria dos grupos indígenas é preocupante. Pode-se prever que os grupos maiores, com maior experiência de contato, com acesso a informações e condições de se deslocar para Brasília, poderão aproveitar a oportunidade e estabelecer canais de comunicação e pressão sobre o Congresso Nacio-

nal, aliados aos grupos de Apoio ao Índio. Para a maioria dos outros grupos, haverá pouca chance de acompanhar a maior complexidade da luta política que haverá. Terá que haver uma mobilização dos índios muito mais sistemática do que aquela hoje existente. As organizações de apoio, por sua parte, deverão se tornar mais competentes"(CEDI: idem), e o corpo de advogados, ligado à causa indígena, deverá aumentar consideravelmente. Todas estas considerações colocam, outrossim, o problema de uma infra estrutura e financiamentos adequados para o desempenho destas tarefas.

A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA ORIENTAL - 1960/1987

Nos anos 50-60 destacam-se a consolidação sócio-econômica do sul do Brasil, a conquista do Planalto Central e a construção de Brasília, a nova Capital Federal. O lema, na época, era "Os cinquenta anos em cinco de Juscelino Kubitchek".

Nos anos seguintes surge, por parte do Governo, uma preocupação com relação à solução dos problemas do Nordeste e a Integração da Amazônia. Mas é apenas em período relativamente recente que surgiu a decisão de imprimir maior racionalidade ao aproveitamento amazônico.

Em 1966 foi criada a SUDAM (Superintendencia do Desenvolvimento Amazônico) cujo objetivo era planejar e coordenar a ação do Governo na Amazônia legal. Em 1968 é criado o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, a Eletrobrás, para estudos de mercados de Energia Elétrica e o inventário das possibilidades de aproveitamento hidroelétrico. Em 1969 é criada a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais e em 1970 o Projeto RADAM objetiva levantar os elementos básicos necessários a um planejamento racional do aproveitamento integrado dos recursos naturais da Amazônia. Foram iniciados planos de obras de infra-estrutura, a construção da rodovia Belém-Brasília e mais tarde da Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte.

Nos anos 70, o Governo Medici lança o Programa de Integração Nacional (PIN) e o plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). Era o início do plano nacional de colonização. O lema era "Integrar para não Entregar". Os planos eram transferir os excedentes populacionais do Nordeste para a Amazônia, garantindo terras a todos. Na verdade, o plano não passava de um subterfúgio para evitar a implantação da reforma agrária no Nordeste. Por falta de infra-estrutura e planejamento adequado, o projeto, em parte, fracassou. Houve, porém, um amplo fluxo migratório espontâneo de gente que pensava viver melhor nas terras férteis da Transamazônica.

A partir de 1973, é implantado um novo modelo de colonização baseado nas empresas privadas e no capital com vultuosos incentivos fiscais.

Começam naquela época a ser desvendadas as potencialidades madeireiras, minerais e hidroelétricas da região e que nos anos seguintes mudariam a face da Amazônia.

A partir de 1979/80 predominam os projetos ligados à mineração: garimpo de ouro e Projeto Ferro Carajás e desenvolvem-se ainda que de maneira caótica, antigos e novos núcleos urbanos. Houve, paralelamente, a implantação de fazendas e inúmeras serrarias especialmente ao longo das rodovias. Aumentam, concomitantemente, os conflitos pela posse da terra.

OS GRANDES PROJETOS ESTATAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

No que poderíamos definir como uma terceira fase, haveria, segundo os planejadores governamentais, duas vertentes para o desenvolvimento da Amazônia, o Programa Grande Carajás, uma espinha dorsal da mineração e a Rodovia BR-364, o Polonoroeste, veia que irriga uma região destinada a reunir grande número de propriedades individuais e cujo objetivo era desafogar a tensão social e fundiária de outras regiões do país, inclusive do Sul.

O PGC abrange uma área de 900.000 km² nos estados do Pará, Maranhão e Norte de Goiás. Em 1985 foi construída a Ferrovia Carajás-São Luís numa extensão de 850 km. O Projeto Ferro-Carajás (Mina-Ferrovia-Porto), é o suporte principal do PGC que engloba projetos minero-metalúrgicos, agro-pecuários, de reflorestamento e colonização. Um dos principais financiadores foram, além do Banco Mundial, a Comunidade Econômica Européia e bancos japoneses.

Em 1986, foi implantado o Projeto Calha Norte, um projeto de "vocaçãõ continental". Este último se estende por 6.500 km ao longo da fronteira com 5 países, englobando 14% do território nacional à margem esquerda do Rio Amazonas. Elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, Forças Armadas e SEPLAN, o objetivo é garantir a integridade política e econômica do território, através da criação de polos de desenvolvimento econômico e definição de uma política indigenista de integração, especialmente através da implantação de "colônias indígenas".

Cabe mencionar ainda a construção de grandes hidroelétricas como as de Tucuruí, Balbina e Kararãõ no Xingu, esta última ainda em estudo (Andrade e Ayer: 1988). Paralelamente aumenta o extrativismo madeireiro indiscriminado (L.Vidal: 1986,1987), provocando grandes desmatamentos e a proliferação de garimpos de ouro, alguns com milhares de homens trabalhando, especialmente no Pará (Serra Pelada, Cumaru e Maria Bonita) que atinge a área dos índios Kayapó e em Roraima (Surucucus) a área dos índios Yanomami. Aumenta, também, a pressão das mineradoras, mesmo junto aos índios, para a concessão de alvarás de pesquisa (Tukanos do Alto Rio Negro).

Tem-se a impressão de que a FUNAI pretende gerir "royalties" das mineradoras e recursos de outros projetos, assumindo cada vez mais uma orientação empresarial com relação à questão indígena.

Todas estas atividades afetam diretamente dezenas de Reservas Indígenas e submetem milhares de índios, alguns com pouquíssimo tempo de contato, a fortes pressões externas e mudanças radicais. Apenas para exemplificar, na área do Projeto Ferro Carajás, 21 áreas indígenas e duas frentes de atração foram atingidas

direta ou indiretamente, abrangendo um total de 13.000 índios distribuídos em 15 grupos distintos e com tempo de contato variando de 300 anos até nenhum contato, como era o caso dos índios Guajá do Maranhão. O Projeto Calha Norte atinge especialmente o Parque Yanomami, visto pelo Governo como a criação de um "Estado" dentro do território brasileiro e caracterizado por alguns setores do Governo como "uma perigosa conspiração contra o Brasil". As demarcações de terras indígenas, na região da fronteira, estão paralizadas o que ocasionou em março de 1988 um dos maiores massacres já registrados, de 15 índios Tikuna, do Alto Solimões, entre eles mulheres e crianças, por parte de proprietários regionais.

Vários pequenos grupos arredios tem entrado em contato, ultimamente, o que vem a confirmar que não há mais espaço para permanecerem isolados e que a fronteira se fechou definitivamente.

A maior tragédia, atualmente, em termos gerais, é sem dúvida o acelerado desmatamento que já destruiu boa parte da cobertura vegetal no Estado de Rondônia e que, devido às coerções de um sistema capitalista global e à necessidade de produzir a qualquer custo para exportar, se alastra agora pelo Sudeste do Pará e Maranhão. Projetos governamentais de exploração florestal, silvicultura e agropecuária, complementares aos projetos minero-metalúrgicos propriamente ditos, ao lado das correntes migratórias espontâneas, atraídas pelas novas oportunidades de emprego, pelo garimpo ou a procura de terras ao longo das rodovias e da ferrovia de Carajás, estão mudando totalmente a paisagem amazônica. A tal ponto que alguns pesquisadores falam abertamente em "década da destruição".

Ainda mais alarmante, pela capacidade de destruição da área são os projetos industriais de ferro-gusa e cimento que estão sendo instalados na região. A demanda de carvão vegetal proveniente da Floresta nativa da região significa a destruição de 1.5 milhões de hectares por ano. É o ciclo do carvão! Há já 13 projetos aprovados e outros 30 considerados. Existe um parecer, elaborado pelo atual diretor da Superintendência do Meio Ambiente da CVRD, que coloca claramente que estes projetos são anti-econômicos e que

se não fosse pelos incentivos fiscais e energia subsidiada, eles não atrairiam ninguém e que tudo indica, que acabarão com o aprovisionamento de madeira de sua própria base econômica em menos de 20 anos.

A meu ver, esta questão ambiental, de saque sistemático da Amazônia, é que caracteriza hoje, esta região como uma das áreas mais controvertidas do mundo. A Amazônia apresenta, ainda, características específicas a nível planetário: possui 1/5 das florestas do mundo, 1/6 de sua água doce e 1/10 de todas as espécies terrestres. Em suma os riscos não são pequenos.

Somente no ano passado, 20 milhões de hectares de mata foram destruídos pelas queimadas, na Amazônia, sendo que destes, 8 milhões de hectares são de florestas virgens. Os dados foram revelados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), após análise das imagens do satélite norte americano NOAA, que detectou a destruição contínua da floresta. As imagens assustaram os técnicos que esperavam um acúmulo máximo de 12,5 milhões de hectares queimados, considerando a destruição média de 2,5 milhões de hectares por ano, a partir de 1983. Se continuar neste ritmo, dentro de dois séculos não teremos mais a floresta amazônica. (Folha de São Paulo 28-05-88).

A região que pessoalmente melhor conheço é a área do Programa Grande Carajás e especialmente a região do sudeste do Pará. Pretendo assim colocar algumas questões relativas a estes projetos e especialmente com relação às Sociedades Indígenas.

Em primeiro lugar toda esta região da Amazônia possui uma história bastante diferenciada no tempo e no espaço. Para os índios, como já vimos, o contato, a dizimação, as transferências, a exploração era uma prática contínua assim como as epidemias e a simples extinção. Os Kayapó-Xikrin, com os quais trabalho há muitos anos, contavam com mais ou menos 300 indivíduos, em 1952, época de sua "pacificação". Em 1964 restavam apenas 90 indivíduos. Protásio Frikel que em 1963 os encontrou à margem do rio Itacaiunas, conta co

mo naquele ano 1/3 da população morreu de doenças. "Morriam ao meu redor como moscas". dizia ele. Os Gavião, de quem tanto se fala hoje, não estavam muito longe do mesmo destino. E os Surui do Sororó pior ainda. Os índios sofriam de um contato indiscriminado, mas estavam abandonados, explorados e sem nenhum meio de defesa própria. Hoje, os Xikrin são quase 400 indivíduos, vivem numa Reserva demarcada, mas cercada de fazendas e projetos de mineração de todos os lados (vide gráfico). Os Gavião são, atualmente, um povo orgulhoso de suas lutas, um povo que esteve à altura dos desafios, mas as suas terras foram recortadas e a sua reserva de floresta é uma ilha no meio de uma região desmatada e urbanizada.

Marabá, quando a conheci em 1969, contava apenas com 10.000 habitantes (em 1955 eram 6.000). Não havia estrada, não havia carro. Mas a vida era muito pobre, com alguns donos de castanhas, comerciantes e políticos locais, explorando um povo miserável, doente e submetido a uma economia de "barracão". Uma juventude ociosa e sem perspectiva e onde a média de vida era de 35 anos para os adultos. Existe um livro muito bonito de H.D. Barruel de Lagenest: Marabá, cidade do diamante e da castanha, e que descreve com perfeição a Marabá dos anos 50. Os índios eram considerados bichos pela população local e as onças e jaguatiricas eram caçadas aos milhares para a venda de peles. A floresta, porém, estava intacta, não por razões preservacionistas, mas por puro abandono. Quando finalmente, nos anos 60-70 foram desvendadas as verdadeiras formas e potencialidades desta imensa região, ela se constituiu, rapidamente, em um novo planeta a ser conquistado, recortado, povoado, planejado, explorado e saqueado sem o menor constrangimento. Com a construção da Transamazônica e a chegada maciça de nordestinos, sem terra, a região começou a mudar de aspecto. Houve também, por causa da "guerilha do Araguaia" uma forte militarização da região. Nos anos 70, devido às novas oportunidades, especialmente os projetos subsidiados pelos incentivos fiscais, começam a chegar pessoas do sul com capital e que compram terras, dedicando-se à agropecuária e à indústria madeireira. Grandes contingentes de mão

./.

de obra se deslocam para os garimpos de ouro ou são contratados para as obras de infra-estrutura como a hidroelétrica de Tucuruí, estradas vicinais e mais tarde a Ferrovia de Carajás. Companhias do sul do país investem em grandes fazendas. E mesmo a Universidade de São Paulo criou um Campus Avançado em Marabá.

Para os índios, a política da FUNAI, naquela época, se resumia em uma pacificação rápida dos grupos isolados e o seu reagrupamento sob o controle de um Posto Indígena assim como uma integração rápida através de projetos econômicos, chamados projetos comunitários. Aí também, configuram-se várias situações. A pacificação dos Parakanã foi desastrosa, sendo que a metade da população morreu. Os Gavião da Montanha, que viviam no local da construção da Hidroelétrica de Tucuruí foram expulsos brutalmente de suas terras, pela Eletronorte. Os Gavião de Mãe Maria, entretanto, conseguiram se livrar do jugo da FUNAI e passaram a comercializar sua própria castanha, reorganizando-se internamente e revertendo as suas relações com a sociedade envolvente.

Os Kayapó, uma tribo numerosa de mais de 3.000 índios e que vivem divididos em 15 grupos, bastante espalhados entre os rios Xingú e Tocantins, passaram por um outro tipo de experiência. Desde a época da pacificação, nos anos 50, havendo acabado as guerras intratribais e os grandes deslocamentos periódicos, cada grupo vivia isolado, sem contato com os outros, sob os cuidados da FUNAI ou de missionários. A partir dos anos 70, com a abertura de estradas, garimpos e fazendas, os diferentes grupos começaram a entrar novamente em contato e a se deslocar de uma aldeia para a outra. Conversam todos os dias pelo rádio, em Kayapó, transmitindo informações. Houve uma aproximação através de trocas e casamentos, configurando-se também situações de tensão e competição. Os Kayapó-Gorotire do Xingú enriqueceram através dos garimpos que controlavam em suas terras (Cumarú e Maria Bonita). Muita madeira, especialmente o mogno, foi roubada de seus territórios ou comercializada pela FUNAI ou pelos próprios índios. Terras foram invadidas, como as dos Xikrin. Os Gorotire e Txukaramãe compraram uma casa em Re-

denção e outra em Belém, além de um avião para o seu próprio uso.

Nem o autoritarismo da FUNAI ou do Governo, conseguia mais dar conta de todo um processo extremamente dinâmico mas caótico. A modernização desordenada chegou repentinamente, reelaborando todo o espaço e todas as relações pré-existentes. De repente, na esfera indigenista, não existiam normas de como agir em estas circunstâncias. Muitos funcionários locais da FUNAI, colocaram-se francamente do lado dos índios, porque se sentiam eles mesmos "impactados" e subordinados aos novos donos da região. O caso dos Parakanã é típico e se não fosse trágico seria até cômico. Durante dois anos, por causa do enchimento do reservatório da hidroelétrica de Tucuruí, falava-se em transferir estes índios para outro lugar. Mas no momento das águas subirem ninguém quis assumir "a coisa", sendo assim, um belo dia, os próprios índios arrumaram o seu bagulho, entraram na mata e se transferiram sozinhos.

Em cima desta longa história, chega finalmente, para renovar e complicar o PGC, e mesmo antes, a sua componente fundamental, o Projeto Ferro Carajás. Os índios, mais uma vez, ficam submetidos a toda sorte de pressões externas e a um envolvimento desgastante, tanto pelos projetos em si, cujo significado a longo prazo ainda não enxergam com muita clareza, quanto pelos projetos especiais de apoio a eles, agora, destinados. De índios isolados, castanheiros, acabocladados ou rebeldes transformam-se em "impactados", alvos de toda sorte de atenções e todo tipo de indenizações. A FUNAI, vendo despontar no horizonte vultosos recursos, cria em Brasília um Departamento de projetos especiais, contrata 103 novos funcionários e prepara longas listas de pedidos. Os índios são mais ou menos obrigados a receber todos estes "benefícios" e quando consultados elaboram suas próprias listas. Começa assim para eles, algo que já vinha acontecendo há algum tempo, a luta pelo controle dos recursos. Na época do plano cruzado (1986) aprenderam que dinheiro no banco "pode parar". Com a inflação galopante que assola atualmente o país que "a coisa não está fácil". Com o fim do Convênio CVRD/FUNAI e o projeto de apoio "que tudo pode dar para trás". Ou como me dizia ainda esta semana um funcionário da FUNAI em Marabá "o pior ainda está para frente". Quem sabe seja o momento de parar e pensar, digo eu.

É difícil definir o que seria o Programa Grande Carajás, este monstro sem cara própria, mas que, em ritmo cada vez mais acelerado, através de inúmeros projetos de infra-estrutura e industriais, vem ocupando uma área de 900.000 km² nos Estados do Pará, Norte de Goiás e Maranhão.

Deve ser ressaltado desde já que não existem até hoje medidas preventivas para a proteção às populações indígenas na área de influência do Programa Grande Carajás. Sete anos após a criação do PGC, o Plano Diretor ainda não foi elaborado, apesar de inúmeros projetos já terem sido aprovados pelo Conselho Interministerial e mesmo implantados.

No início, o Projeto Carajás é um programa mineral. Em 1977 a Companhia Vale do Rio Doce compra jazidas da Serra do Carajás à US Steel por 50 milhões de dólares. O que foi considerado um presente para os Americanos que praticamente não haviam realizado nenhum investimento. Uma vez recuperada a posse de Carajás, o Brasil enfrentou o problema dos recursos para o desenvolvimento do projeto. Na ocasião o presidente da CVRD encontrou a seguinte solução: a exploração do Ferro de Carajás seria uma parte ou o núcleo de um projeto muito mais amplo e que compreenderia não apenas a exploração de todos os minérios, mas também projetos florestais e agroindustriais. Assim nasceu o Programa Grande Carajás, cujo subtítulo é um projeto nacional de exportação. Este se fundamenta sobre duas características muito favoráveis à sua exploração, a sua situação geográfica e o seu imenso potencial mineral (uma das maiores províncias minerais do mundo).

Trata-se, em resumo, de uma intervenção intencional e planejada do estado para transformar completamente a estrutura ambiental e econômica da Bacia Amazônica, ligada ao Plano de Integração Nacional que resulta de uma aliança entre o Governo Brasileiro, várias empresas multinacionais e nacionais e instituições bancárias internacionais de empréstimo que estão financiando projetos infra-estruturais visando a exploração e a exportação de recursos natu-

rais da região. O objetivo era também estimular, através de um regime especial de incentivos fiscais, a instalação de um vasto conjunto de empreendimentos capaz de duplicar as exportações brasileiras e pagar a dívida externa. O anúncio do Programa, na época, foi uma surpresa que desabou sobre a região e a nação. Inúmeras foram as manifestações contrárias ao projeto. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) já havia apresentado em fins de 1981 um "Plano Alternativo de desenvolvimento (Folha de São Paulo 19/10/81) e no âmbito da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) vários seminários foram consagrados à avaliação do Programa. Políticos e mesmo empresários pediam um debate mais amplo sobre a questão. Mas, o Conselho Interministerial (responsável pelo programa) constituiu-se em um órgão extremamente fechado: possui força institucional, podendo exercer diretamente ou por meio de órgão executivo próprio, atribuições de outros órgãos e entidades de administração federal. Está acima dos próprios organismos que o Governo já possui na Amazônia, ligando-se diretamente à cúpula federal.

O PROJETO FERRO-CARAJÁS E A QUESTÃO INDÍGENA

O Projeto Ferro-Carajás, a cargo da Companhia Vale do Rio Doce, empresa de economia mista, e que inclui a Mina de Carajás (PA), a Ferrovia de 890 Km (inaugurada em fevereiro de 1985) e o Porto de Itaqui, em São Luis, é o suporte principal do Programa Grande Carajás.

O Banco Mundial, um dos financiadores (mas não o principal) do Projeto FC, condicionou a concessão de empréstimos à destinação, pelo Governo Brasileiro, de recursos especiais no projeto, voltados para a garantia de melhores condições de sobrevivência aos povos indígenas afetados, observando a demarcação oficial e proteção de suas terras. Estas áreas, situadas entre a pré-Amazônia maranhense, o sudeste do Pará e o norte de Goiás, a 100 km aproximadamente da ferrovia, encontram-se nas zonas de impacto direto e indireto de tal projeto, como decorrência da implantação de estradas vicinais e novos núcleos habitacionais de apoio à ferrovia.

Visando assegurar o cumprimento de tais recomendações

a FUNAI elaborou às pressas um projeto orçado em US\$ 13.6 milhões, quantia que seria aplicada nas áreas indígenas afetadas, sendo a CVRD a geradora e repassadora desses recursos à FUNAI. Com esta finalidade, em junho de 1982, foi firmado um convênio entre a CVRD e a FUNAI (nº 059/82), com a vigência de 5 anos.

Tal convênio tinha por objetivo "A prestação, pela CVRD, de apoio financeiro à FUNAI, para implantação de projetos sócio-econômicos beneficiando as comunidades indígenas localizadas na área de influência do PFC" (Cláusula 1a.). Este apoio financeiro foi distribuído entre 21 áreas indígenas e duas frentes de atuação (vide quadro), abrangendo um total de 12.800 índios distribuídos em 15 grupos distintos, e com tempo de contato variando de 300 anos até nenhum contato, como era o caso dos índios Guajá do Maranhão, último grupo de caçadores e coletores.

A preocupação do Banco Mundial com as sociedades indígenas, havia sido publicado em um documento de julho de 1981 intitulado "Economic Development and Tribal Peoples: Human Ecologic Considerations". O documento especificava que o componente tribal deveria ser estudado antes e durante o desenvolvimento do Projeto, deveria incluir a participação dos interessados, e que a demarcação das reservas indígenas deveria ser completada na fase preparatória dos projetos. No convênio CVRD/FUNAI, entretanto, a FUNAI ficaria responsável pela demarcação das terras! (Cláusula I). Não havia, assim, no projeto um orçamento em separado e específico para a questão da terra. Outrossim, a regularização fundiária não se resume apenas à Demarcação de Terras; inclui também as seguintes atividades: inspeção dos limites das Áreas Indígenas, reassentamento de ocupantes não índios que se encontram intrusos nas Reservas, revisão de limites atendendo a acertos de fronteiras contestados pelos índios, soluções jurídicas dos processos afetos e garantia do meio físico da área, sendo este fundamental para a sobrevivência do grupo indígena como tal. De acordo com o orçamento original apresentado pela FUNAI em 1982, apenas 0,06% dos recursos estariam destinados à regularização fundiária. Isso revela que o projeto de apoio havia sido formulado com o objetivo exclusivo de reforçar o orçamento da FUNAI, duplicando uma infra-estrutura já deformada e desviando os recursos das finalidades a que eram destinados: minorar os impactos da implantação do Projeto Ferro-Carajás. A FUNAI

elaborou o seu projeto inicial na base de cronograma apenas financeiro-administrativo, sem levar em consideração as diferenças entre grupos e com ênfase quase exclusiva para o Setor Obras, Equipamento, Gastos Administrativos e Manutenção dos Postos. A bem da verdade, todas as áreas indígenas estavam tão carentes, já desde o início, que boa parte dos recursos foi usada, indevidamente e sob forte pressão da FUNAI, para sanar estas insuficiências, quando, segundo a cláusula C do Convênio elas deveriam ter sido providenciadas pelo órgão tutor.

Através do trabalho de assessoria de antropólogos indicados pela ABA, foram apontados à CVRD a inoperância e inadequação dos "modelos de projetos de apoio" concebidos pela FUNAI, atados pela manutenção e reforço da mesma estrutura arcaica, pelas contratações desnecessárias de pessoal não qualificado, bem como pela farta aquisição de equipamentos e construções com recursos oriundos do convênio. Enfatizavam os antropólogos a necessidade de rever os critérios utilizados pela FUNAI para a elaboração daqueles projetos tentando reverter o orçamento original: a aplicação dos recursos deveria se concentrar prioritariamente, nos setores de terra e saúde.

A equipe de antropólogos colocou um prazo até junho de 1986 para que as questões de terras fossem resolvidas caso contrário eles se retirariam. Em 31/03/86 a CVRD suspendeu o repasse dos recursos à FUNAI, apenas liberados quando esta finalmente elaborou um plano para a solução da demarcação das terras para o período de 86 a junho de 87. A partir de janeiro de 87 ela se comprometia também de absorver os custos de manutenção dos Postos e do Pessoal de saúde que ela passaria a contratar. O Convênio, porém, acabou e muitos problemas de terra estão ainda pendentes. A CVRD, decidiu junto com os assessores, em fins de 1987, de reservar o saldo de 3.600 milhões de dólares para regularizar as questões de terra. 9 áreas ainda não estão devidamente homologadas, 3 apresentam discrepâncias e irregularidades nos limites demarcatórios e 4 ainda não foram demarcadas. A FUNAI ainda não respondeu confirmando esta decisão, mas sabe-se que pretendia utilizar estes recursos para projetos econômicos! Dentro do novo orçamento, 1 milhão de dólares foram reservados para a Nova Proposta de área contínua, no Xingu-Bacajá. Neste caso também não houve resposta afirmativa da FUNAI.

Assim o sucesso do Projeto foi extremamente limitado; tanto a FUNAI como a CVRD haviam criado um clima de promessas, finalmente não cumpridas. Houve entretanto alguns ganhos, em termos de Terras e Saúde, impensáveis de serem atingidos sem o apoio do Convênio. Me refiro aqui ao contato estabelecido com os Índios Parakanã Apiterewa, sem ocorrência de mortes. Ao ganho, na justiça, do caso da Grã Reata, fazenda que durante 10 anos se havia instalado em território Xikrin. A demarcação da Reserva Parakanã, Apinayê (mesmo com os erros ocorridos no limite sul) e sobretudo Guajã. A remoção e relocação dos posseiros assentados pelo GETAT na Reserva Gavião de Mãe Maria, processo ainda em curso. A proposta da reserva Xingu-Bacajã. Mas é pouco em comparação ao que poderia ter sido feito se a FUNAI tivesse colaborado em vez de obstruir sistematicamente o bom andamento do Projeto. A demarcação da Reserva Krikati e a revisão dos limites da reserva dos Suruí do Sororó e dos Xikrin do Bacajã são alguns casos graves ainda não resolvidos.

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

A experiência nestes anos de Convênio CVRD/FUNAI mostra que a simples administração pela FUNAI, de recursos financeiros abundantes não acarreta mudanças políticas mais abrangentes, capazes de promover o fortalecimento dos grupos indígenas, de maneira que possam melhor enfrentar as mudanças advindas da implantação de tais projetos.

É da natureza intrínseca do Convênio CVRD/FUNAI sua extrema sensibilidade às confusões e perplexidade do serviço de assuntos indígenas do Estado. O contínuo processo de crise da Fundação Nacional do Índio acarreta problemas tanto no que diz respeito à política de aplicação de recursos do convênio quanto no que tange à administração dos mesmos.

É preciso considerar que este estado de crise não é superficial, antes expressa um momento de redefinição das relações

entre a sociedade nacional e os povos indígenas, do qual faz parte a própria existencia do Convênio CVRD/FUNAI e de outros similares.

Alguns pontos devem ser ressaltados:

Ao beneficiar apenas alguns grupos, arbitrariamente escolhidos a 100 km de cada lado da Ferrovia, houve defasagem e discrepância com relação aos grupos que não tiveram esta assistência, mas que por estarem localizados na mesma região, também são atingidos pelas mudanças drásticas que ali ocorrem. É o caso dos Tembê, dos Krahô e Xerente e dos Carajá. Conseqüentemente este tipo de recorte acarreta uma situação profundamente injusta.

Por outro lado, como já foi colocado acima, as transformações por que passa a região de PGC tem vários níveis e graus de maturação. Não resta dúvida de que suas implicações para os povos indígenas atingidos são de longo termo e devem perdurar muito além do período previsto pelo Convênio CVRD/FUNAI. Isto é, deve haver com certa urgência uma preocupação com medidas de longo efeito.

Houve, de modo geral, ausência de postura firme e pública tanto por parte do Banco Mundial como da cúpula da CVRD. Tudo indica, outrossim, que os investidores, os bancos multilaterais, estavam, em última instancia interessados em financiar, a qualquer custo o Projeto Ferro-Carajás, em benefício da indústria siderúrgica dos países desenvolvidos. O que leva a suspeitar que, infelizmente o Convênio se configurava apenas como uma preocupação de conveniência (Ferraz, 1986).

Por outro lado, investidores importantes, como a Comunidade Econômica Europeia (vide box) não se sentiu na obrigação de exigir do Governo Brasileiro um projeto especial quanto à proteção do meio ambiente e das populações indígenas nas áreas de influência do Projeto Ferro-Carajás. As NGO europeias chamaram várias vezes a atenção da CEE para que exigisse maior atenção com os problemas ambientais e sociais do PGC. Mas a CEE ficou obstinadamente satisfeita em aceitar as informações da CVRD e do Banco Mundial. O que parece mais grave, atualmente, é a falta de definição quanto ao Programa Grande Carajás. Porque se houve certas exigências por parte do Banco Mundial para avaliar a implantação do Pro

jeto Ferro-Carajás, elas desaparecem em relação ao PGC. A CVRD sempre fez a separação entre o Projeto Ferro-Carajás, a seu cargo, e o PGC a cargo do Conselho Interministerial, dando a falsa impressão de que seriam dois projetos separados, quando na verdade estão interligados sendo um consequência direta do outro.

Como o Banco Mundial não financia estes projetos, ele se considera não envolvido no assunto.

Faltam assim, infelizmente, novos meios de pressão para evitar o que já é considerado um dos maiores desastres ecológicos para esta região da Amazônia. E mostra ao mesmo tempo o total descaso do Governo Brasileiro. Os Processos decisórios que tem levado à implantação de projetos como o PGC se fizeram à revelia da sociedade brasileira. Os debates supostamente democráticos são sempre feitos após os fatos consumados e a suposta proteção ambiental e responsabilidade social, são, vias de regra uma mera retórica (Ferraz, 1986).

No caso dos índios, as indenizações posteriores, como foi o caso da Eletronorte pelos danos causados aos Parakanã (Reservatório de Tucuruí) e aos Gavião do Pará (linha de Alta Tensão) ou da CVRD pela passagem da ferrovia, também aos Gavião, apenas serviu para legislar uma decisão feita sem o conhecimento prévio dos índios.

O que mais preocupa é o continuismo da política indigenista oficial, isto é integração forçada das comunidades indígenas à economia regional. O que ficou claro, durante todo o período em que vigorou o Convênio CVRD/FUNAI é a falta de vontade por parte do Governo e conseqüentemente da FUNAI, em fazer falar os direitos constitucionais e legais dos índios. É sintomático verificar que em 1983, época em que a comunidade indígena obteve maior participação direta na discussão e regulamentação de seus direitos, e época, também, em que os projetos de Apoio às comunidades indígenas na área do Polonoroeste e Ferro-Carajás estavam sendo desenvolvidos com um certo dinamismo, o Poder Executivo foi o autor exclusivo de vários projetos de lei, decretos e regulamentos, que reduziam os direitos patrimoniais indígenas anteriormente assegurados pela Constituição e o Estatuto do Índio.

Ao que tudo indica o Governo sentiu-se ameaçado pelas exigências do Banco Mundial, consideradas como uma interferência indevida nos assuntos internos do Estado. Todos os entraves colocados pela FUNAI ao Convênio foram manifestações de uma má vontade em se submeter a estas exigências, tratando em várias ocasiões impedir o trabalho da assessoria antropológica que ao seu ver não possuía legitimidade e exigindo da CVRD que ela apenas cumprisse o seu papel passivo de repassadora de recursos.

Quanto ao número de projetos que estão sendo implantados na Amazônia oriental, o quadro é cada vez mais preocupante. Eles continuam aumentando e se estendendo geograficamente (como é o caso da região de Altamira, no Xingú, onde será construído o complexo hidroelétrico Kararaô e Babaquara, a cargo da Eletronorte). Todos estes projetos emergem como autônomos, ao longo do tempo. Apesar de uma maior conscientização não existe, ainda, nenhuma discussão democrática a respeito. Por outro lado, o longo período de tempo, quase dois anos, dedicado para a elaboração da nova Carta por parte do Congresso Constituinte, acabou deixando o país paralizado a nível institucional. Se houve algum tipo de coordenação para o Projeto Ferro Carajás, ela está totalmente ausente com relação ao PGC.

Para os índios, o fim do Convênio CVRD/FUNAI terá consequências negativas nos programas de atendimento médico e saúde básica. O programa de educação, devido à interferência da FUNAI, nunca chegou a ser implantado, mas os índios são bastante exigentes quanto a este assunto. A falta de recursos poderá levar os índios, novamente, a querer comercializar a sua madeira, atividade que é executada sem normas e de maneira totalmente predatória, lesando os interesses das comunidades indígenas. Na região de Marabá, os índios Gavião receberam altas indenizações, porque as obras realmente atravessam o seu território. Os índios Suruí, por outro lado, não receberam nada, quando na verdade eles estão sendo atingidos da mesma forma, pelos impactos indiretos das obras, especialmente invasão de suas terras. O mesmo acontece com os esquecidos Asurini do Trocará. Esta alocação desigual de recursos é muito ressentida pelos grupos, porque até hoje eles dependiam, em conjunto, da Ajudância da FUNAI de Marabá, com quem negociavam diretamente. Isto é, estavam sob um mesmo tipo de controle e de legislação. Os próprios funcionários da FUNAI se ressentem destas dife-

renças que acarretam novas classificações. Admiram e se identificam com os Gavião pelos recursos que conseguiram, assumindo esta façanha como uma vitória pessoal frente aos colonialistas do sul do país. Temem os Kayapô que consideram "difíceis e imprevisíveis" e a quem sempre tratam de agradar, num trabalho contínuo de "pacificação". Os Suruí são vistos como "coitadinhos e problemáticos". Enquanto que os Parakanã do Paranatinga que atualmente reivindicam indenização à Eletronorte e plantam bananas para o comércio regional, eles são vistos como "começando a entender as coisas".

A SEPLAN e a cúpula da CVRD acabaram entregando à firmas de planejamento a elaboração do plano diretor. O planejamento, porém, é feito por setores e firmas diferentes, sem continuidade ou visão de conjunto. A componente ambiental, social e indígena fica assim dispersa e ligada diretamente a cada setor em separado. Isto introduz um novo recorte, dispersa as decisões e impede qualquer transparência. Os grandes projetos homogeneizam o espaço e as diferentes formas de vida, fazem tabua rasa da história da região e dos problemas específicos de cada comunidade. Por outro lado, estas firmas de planejamento não possuem a mínima capacidade de avaliar o componente indígena, mas recortam artificialmente, no papel, todo o espaço geográfico e a própria vida da população regional, índios e não índios reduzidos, agora, a meros objetos.

Os núcleos urbanos e assentamentos de garimpos crescem de maneira desordenada. Conflitos graves como o confronto e as mortes na "ponte do Tocantins", são apenas o prelúdio do que ainda está para acontecer - Marabá, hoje, é uma cidade de mais de 200.000 habitantes e possui todas as características de uma Cubatão tropical. Os índios estão submetidos ao Autoritarismo do Estado, da FUNAI e dos agentes implantadores de projetos. Estes componentes somados se configuram como uma estrutura de dominação muito forte, mas com interesses diferentes. Para o Estado tudo é uma questão de Segurança Nacional. A FUNAI não vê com bons olhos os Projetos, na medida em que podem lhe retirar ou enfraquecer o controle sobre os índios, mas por outro lado, os reconhece necessários como fonte de recursos, royalties e indenizações para a manutenção de sua própria infra-estrutura. Os responsáveis pelos projetos vêem os índios como um estorvo, prefeririam lidar com eles diretamente, oferecendo indenizações e "empregos" enfim desenvolvimento e progresso. Desprezam totalmente a FUNAI para cujo descalabro contribuem. Se há exigên-

cias do Banco Mundial, cumprem-as, o que incomoda o Estado; quando não há exigência nenhuma é como se o componente indígena não existisse.

Um dos entraves ao encaminhamento das soluções para os problemas da Amazônia é, ainda, a desarticulação das instituições a ela vinculadas: SUDAM, SUDENE, POLO AMAZÔNIA, PROJETO NORDESTE, PAPP, IBDF, SEMA, INTER, ELETRONORTE, CHESF, FUNAI, CNS, Bancos de investimento, empresas estatais e privadas, consorcios de consultores, empresas de planejamento e empreiteiras de obras, todos mandando e desmandando no "pedaço" com grande desenvoltura. Isto acarreta, entre outras coisas, uma superposição, inclusive em áreas indígenas, de vários projetos, obedecendo muitas vezes a objetivos divergentes e conflitantes. Acrescente a isso uma desinformação total do que está sendo decidido e implantado e uma falta absoluta da participação das populações da região, que, se reagem a posteriori, nunca são consultadas no momento da elaboração dos programas.

Entretanto, a nível acadêmico, já existem muitas informações científicas e técnicas disponíveis. Mas a verdade é que todas estas informações disponíveis não estão sendo utilizadas por uma falta de coordenação entre as instituições geradoras de conhecimento, as instituições executivas de políticas regionais e as instâncias que definem estas políticas (H. Schubart, in Almeida, J.M. Gonçalves (org.) 1986: 57).

Se realmente existe uma maior consciência por parte da população, mesmo se apenas a nível de respostas imediatas, e uma maior mobilização política, precisamos exigir, através de uma campanha bem organizada, a nível nacional e internacional que o Programa Grande Carajás, nos seus múltiplos desdobramentos seja totalmente redimensionado. Os dispositivos constitucionais da Nova Carta, tanto para a questão do Meio Ambiente como para os Índios, permitem, pelo menos teoricamente, que se recolorem em discussão as implicações da implantação, por parte do Governo Brasileiro de macro-projetos na Amazônia. Todos estes projetos, como mencionado acima implicam em vultosos investimentos, aumentam a dívida externa e interna do país e não se revertem em nenhum benefício para a população regional. Precisamos inverter a ordem de prioridades, dar maior atenção às propostas de um desenvolvimento alternativo, como por exemplo no setor energético. Precisamos exigir que a nova legislação ambiental e social, para o licenciamen-

to de obras seja efetivamente respeitado. A luta será dura porque os próprios estudos de impactos das grandes obras (inexistentes até hoje), serão realizados por empresas de consultoria, pagas pelas empresas. Por outro lado, mesmo com uma maior participação do Congresso Nacional, as pressões para a liberação da "Licença de Instalação" serão muito fortes, devido ao grande poder das firmas empreiteiras que realizam as obras.

Para os Índios, por outro lado, até certo ponto o processo já é irreversível. As soluções, para o futuro, deverão assumir a realidade tal como ela se apresenta hoje. Alguns grupos ainda possuem faixas extensas de terras, mas cercadas por um ambiente totalmente perturbado. Outros grupos perderam a maior parte de seus territórios que se resumem a umas poucas ilhas de mata, extremamente vulneráveis. A vida é mais sedentária com um aumento sensível das atividades agrícolas. A caça torna-se mais escassa. A necessidade do dinheiro tem levado muitos grupos a aceitar a garimpagem ou a venda de madeira. A contínua derrubada de floresta virgem para a agricultura, em uma Reserva delimitada, também coloca novos problemas. Antigamente, os Índios, possuidores de imensos territórios, exploravam apenas parte dos recursos naturais disponíveis. Hoje, estes recursos não se apresentam mais como inegotáveis. Novas formas de relacionamento com o meio natural deverão ser pensadas e amplamente discutidas com as comunidades indígenas. Como viver bem, o que inclui saúde, educação e bens industrializados, sem depender de projetos impostos pelo Estado e cujas indenizações (quando ocorrem) nunca pagam o que destroem, eis a questão - depender de indústrias altamente poluidoras para sobreviver é realmente deprimente.

Certamente, agora que a Nova Constituição não impõe mais uma integração forçada, os Índios se sentirão mais a vontade para planejar o seu futuro, enquanto segmento diferenciado da sociedade nacional. Não há dúvida que eles gozam de certas vantagens. Tem a posse e garantia de suas terras, o que lhes permite administrar um patrimônio coletivo de forma variada. Com uma agricultura bem planejada e os recursos naturais, não precisam comprar o alimento básico. De um modo geral, não dependem de salários e estão menos sujeitos às flutuações do mercado.

Alguns Índios, como os Xavante, estão tentando uma experiência, com o apoio de especialistas, para recuperar o seu ambiente natural, plantando espécies nativas e reintroduzindo uma

fauna tradicional. Esperam, também, comercializar certas frutas da região. É, por enquanto, apenas uma experiência controlada, mas que todos assumiram. Os Xikrin-Kayapõ, a quem sempre sugerimos não vender a sua madeira, me perguntavam: se "os civilizados" agora tanto querem que as árvores fiquem em pé, porque não pagam por aquilo que desejam? E, realmente, se uma árvore em pé, nos parece, hoje, tão e mais valiosa do que uma árvore derrubada e reduzida a tabuas, isto deve ter o seu custo. Preservar é necessário, mas é um investimento com o qual a sociedade deve, de algum modo, arcar. Se a Amazônia é o pulmão do mundo que se pague para preservar este órgão tão precioso.

Em vez de considerar a vida e a cultura indígenas apenas como algo tradicional, porque não pensar a sua relação com o meio ambiente como algo, pelo contrário, de extremamente progressista. Os tempos mudaram e se a Amazônia tem os seus dias contados, são os que preservam que devem ser apoiados e "fiscalmente incentivados". Existem, hoje, vários projetos chamados de "Debt for nature Swap". Algo, no mesmo estilo, poderia ser pensado para as comunidades indígenas. Os índios são os primeiros a querer preservar os seus recursos naturais de forma sustentável.

Para não mais depender de uma política indigenista totalmente subordinada ao desenvolvimentismo, as comunidades indígenas precisariam de um Banco do Índio, com recursos e programas próprios, que correspondam às suas necessidades reais. É altamente desejável, também, uma transparência fiscal e administrativa. Os índios não podem continuar vivendo, por maior que seja a sua capacidade adaptativa e criativa, num mundo onde tudo é aleatório, instável e descontínuo.

Para os quase 13.000 índios, que estavam incluídos no Projeto de Apoio às comunidades indígenas do Projeto Ferro Carajás, ficou estabelecido que com 400.000 dólares anuais, pode-se manter um bom atendimento à saúde, com uma enfermeira diplomada nas aldeias, duas equipes volantes com médico, laboratorista e dentista e convênios com hospitais de bom nível, nas cidades, para casos graves de internação. Este é apenas um caso, concretamente comprovado, que pode ser contemplado, se houver vontade.

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS NA ASSESSORIA DE ÓRGÃOS PÚBLICOS OU DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esta questão foi preliminarmente discutida durante uma reunião da ANPOCS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais) em 1985, pelas equipes de avaliação e assessoria do Programa Polonoroeste e Ferro Carajás:

"As primeiras experiências já realizadas, mostra, que esta nova contribuição dos antropólogos não deve se dar sem o acompanhamento de profundas discussões nas entidades científicas. A incorporação pura e simples da área de Ciências Sociais, sem delegar a estes profissionais um peso político decisório a nível do planejamento do Grandes Projetos, limita extremamente a eficácia da ação e não acarreta mudanças substanciais na ótica desenvolvimentista.

Projetos como o Polonoroeste e Ferro-Carajás, necessariamente têm que contar com um componente de proteção aos índios e ao meio ambiente. A introdução do componente de proteção aos índios foi uma vitória dos movimentos ecológicos e de defesa aos índios e uma resposta à mobilização da opinião pública mundial.

Uma preocupação permanente é que a ação dos antropólogos se limite a legitimar os programas econômicos em curso, que têm efeitos desastrosos para a sobrevivência indígena, sem meios concretos de influenciar e alterar a política indigenista. Não se pode aceitar que o trabalho do antropólogo fique adstrito a denúncias a posteriori ou a recomendações que por mais elaboradas, completas e detalhadas que sejam, acabam sempre engavetadas.

Assim, é fundamental que em futuros convênios, representantes das sociedades indígenas constem formal e juridicamente como partes intervenientes, uma vez que, ao órgão tutor, cabe legalmente assistí-los e não representá-los.

O repasse de fundos através de instituições sujeitas à pressões contrárias aos interesses indígenas é um risco permanente. A avaliação do componente de proteção indígena tem que ser independente de sua execução. O ideal é que esta avaliação esteja ligada a instituições de reconhecido valor científico, o que assegura autonomia na expressão de recomendações e linhas de ação.

É claro, para que isso aconteça, deve haver garantia de trabalho e pesquisa e liberdade de acesso às áreas indígenas, sendo inaceitáveis as proibições feitas pela FUNAI tanto no caso ' Carajás como Polonoroeste. Estas proibições sempre se deram em represália a críticas à política indigenista ou a medidas mais fortes, propostas em defesa dos índios, principalmente em relação à de marcação de algumas áreas indígenas.

Os relatórios dos antropólogos que participam da assessoria aos grandes projetos devem ser públicos de modo que os projetos sejam acompanhados pelo maior número possível de profissionais competentes que possam julgar da qualidade das assessorias e sua identificação com os interesses das comunidades indígenas".

Em resumo, a elaboração e a execução de convênios, como os do Polonoroeste e Carajás podem ser aprimorados, mas não constituem a solução ideal. São apenas soluções paliativas. No caso específico de Carajás, todos os antropólogos tinham um longo tempo de contato, pesquisa e envolvimento com as comunidades que assessoravam: isto foi um ponto positivo. Também não houve pressões sobre os antropólogos por parte da CVRD na elaboração e divulgação de seus pareceres.

Mas de que adianta, se os antropólogos foram apenas chamados quando a ferrovia estava quase pronta e as áreas Guajá e Krikati, para citar apenas as mais críticas, não estavam demarcadas (e ainda não o estão após o término do Convênio em 1987).

Todos concordamos que o ideal é que o componente indígena e o resguardo de seus direitos deveriam ser considerados quando do planejamento dos projetos, buscando-se estudar todas as outras possibilidades que não firam a integridade dos povos e seus territórios.

É nesse sentido que se cogita, atualmente, em avaliações independentes, como é o caso do "Dossiê sobre as Hidroelétricas do Rio Xingu e os Povos Indígenas", elaborado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, no momento em que o Projeto ainda está em fase de estudos de viabilidade. A importância deste Dossiê é que pela primeira vez, se trata de uma ação conjunta de Índios, antropólogos, ecólogos, engenheiros, missionários, geólogos e surge como uma resposta aos grandes projetos, propondo uma ampla divulgação e discussão a nível nacional e internacional.

Bibliografia:

FERRAZ, Iara

- 1986 - Projeto Carajás e os Povos Indígenas: expectativas e realidade. Subsídios para uma Avaliação do Convênio CVRD/FUNAI - In: Boletim da ABA nº 2 - São Paulo.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

- 1983 - Carajás: O Brasil hipoteca o seu futuro - Rio de Janeiro IBASE/Achcaime.

VIDAL, Lux Boelitz

- 1986 - "A Questão Indígena". In: Carajás, Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento. J.M. Gonçalves de Almeida (org.) CNP2/Editora Brasiliense - São Paulo.

- 1987 - "Desmatamento e Povos Indígenas". In: Tempo e Presença. Publicação do CEDI, nº 218 - Abril.

- 1988 - "O Projeto Grande Carajás e a Questão Indígena". In: Etnies Droits de l'Homme et Peuples Autochtones. Revue de Survival International/France (no prelo).

- 1988 - "La Mise au Ban de l'Indien Brésilien". In: L'Anthropologie Politique des Minorités dans les Amériques. Canada et Brésil - Kliensick - Méridiens, Collection République - Paris (no prelo).

TREECE, Dave

- 1987 - Bound in Misery and Iron - Survival International

VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho

- 1983 - Principais diretrizes de saúde para os índios xikrin, parakanã, Marudjewara, paranatinga, suruí do Sororô e gaviões de Mãe Maria. São Paulo (mimeo).

ANDRADE, Lúcia e Ayer Leinad (orgs.)

- 1988 - Dossiê: As Hidroelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.
Publicação da Comissão Pró-Índio de São Paulo/SP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela

- 1987 - Os Direitos do Índio. Ensaios e Documentos. Ed. Brasiliense. SP.

CEDI

- 1988 - Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia
CEDI/CONAGE, São Paulo.
- 1988 - Os Direitos dos Índios na Hora da Constituição Brasileira.
10/06/88 - Publicação do CEDI, Mimeo.

DALLARI, Dalmo de Abreu

- 1979 - "O Índio, sua capacidade jurídica e suas terras". A questão Emancipação. Cadernos da Comissão Pró-Índio nº 1, SP.
- 1984 - A Tutela Indígena. Boletim Jurídico da Comissão Pró-Índio
Ano 2, nº 4, SP.

DAVIS, Shelton H.

- 1977 - "Victims of the Miracle". Development and the Indians of Brazil. Cambridge University Press.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso

- 1982 - "A Sociedade Plural e Pluralismo Cultural no Brasil". In:
Série Antropológica nº 31. Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Darcy

- 1977 - "Os Índios e a Civilização". A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Ed. Vozes. Petrópolis (1a. Ed. 1978, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira).

ÁREAS ATENDIDAS PELO CONVÊNIO

Pará

Cateté

Parakanã (2 aldeias)

Frente de atração Parakanã do Bom Jardim *

Trocarã *

Mãe Maria

Sororó

Bacajá *

Goiás

Apinajé (2 aldeias)

Maranhão

Frente de Atração Guajá

Krikati

Governador

Araribóia

Caru

Alto Turiaçu

Pindaré

Canabrava *

Bacurizinho

Morro Branco

Urucu-juruá *

Geraldo Toco Preto

Lagoa Comprida *

Canela *

Porquinho *

Áreas incluídas no Convênio em 1985 *

A.I. XIKRIN DO BACAJÁ
RESERVA XINGU-BACAJÁ

BELEM
DELEGACIA F.

MARABÁ
AJUDANCIA F.

GARIMPOS

Cobre

AQUIRI, ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

CARAJÁS
(CALDEIRÃO)

CVRD

13.000 ha. EXCLUÍDOS
DA DEMARCAÇÃO

RESERVA KATETÉ

ASSENTAMENTO
DE COLONOS
GETAT

R. Colete

ALDEIA

R. Seco

FAZENDA.
(Pasto)

PVK

ITACAIONAS - PIUM
ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

TUCUMÃ

COMÉRCIO
FRETES AÉREOS
CONCENTRAÇÃO KAYAPÓ

FAZENDA
GILBERTO TELLI

ASSENTAMENTO
DE COLONOS
GETAT

ÁGUA AZUL

← S. FÉLIX DO XINGU

PA - 279

→ REDENÇÃO →

KOKRAIMORO
Madeira

+

Ouro

+ GARIMPOS

GOROTIRE
Avião

+

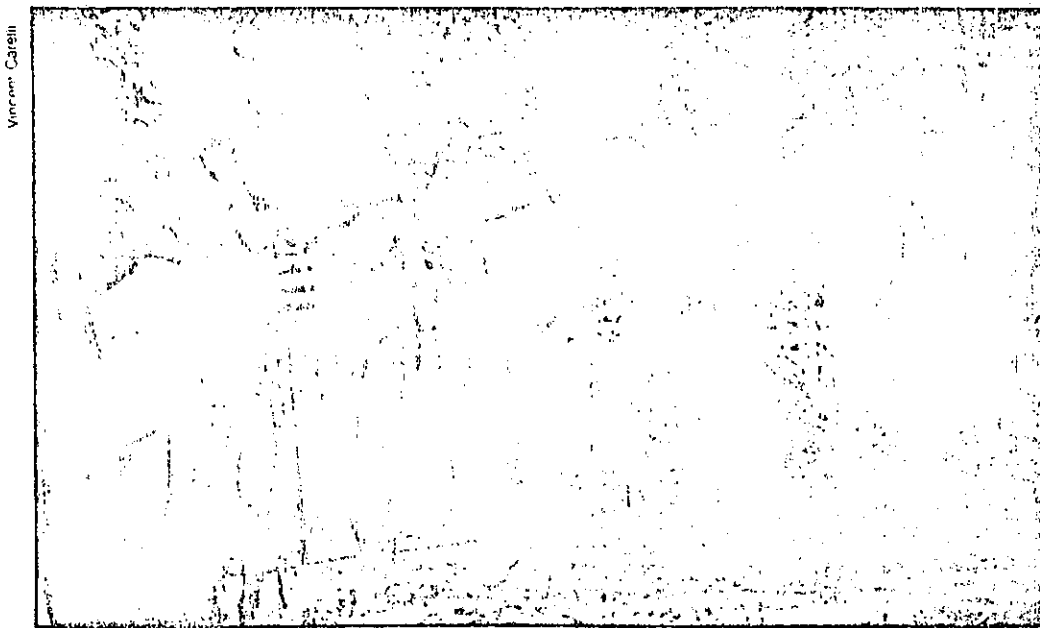
Ouro

KUBEN-KRAN-KEN
Madeira

SERRARIA LARANJEIRA (GILBERTO TELLI)
SERRARIA TUPANSI (L. HANNEMANN)
FAZENDA JAPONESA

Amazônia

Desmatamento e povos indígenas



Vincent Carelli

Um grupo de índios Xikrin voltando de uma caçada.

Lux Vidal

Nestes últimos anos pode-se dizer que uma das maiores preocupações dos índios e daqueles que os apóiam tem sido conseguir que o governo demarcasse, de uma vez por todas, corretamente, as terras indígenas.

A ameaça de autorização para atividades de mineração em áreas indígenas e as invasões espontâneas por parte de garimpeiros, vêm mostrar como a simples demarcação não é suficiente se não há garantias que efetivamente assegurem a preservação desses territórios.

Enquanto este processo se dá com extrema lentidão, e mesmo para algumas áreas sem previsão de solução a curto prazo, a implantação de sucessivos macro-projetos na Amazônia Legal, vem transformando de modo radical a paisagem e o ecossistema da região, a tal ponto que alguns pesquisadores falam abertamente em "década da destruição". Todos concordam que estes próximos anos serão decisivos: se a taxa de desmatamento continuar a mesma, a taxa de transformação será tão alarmante quanto a própria destruição.

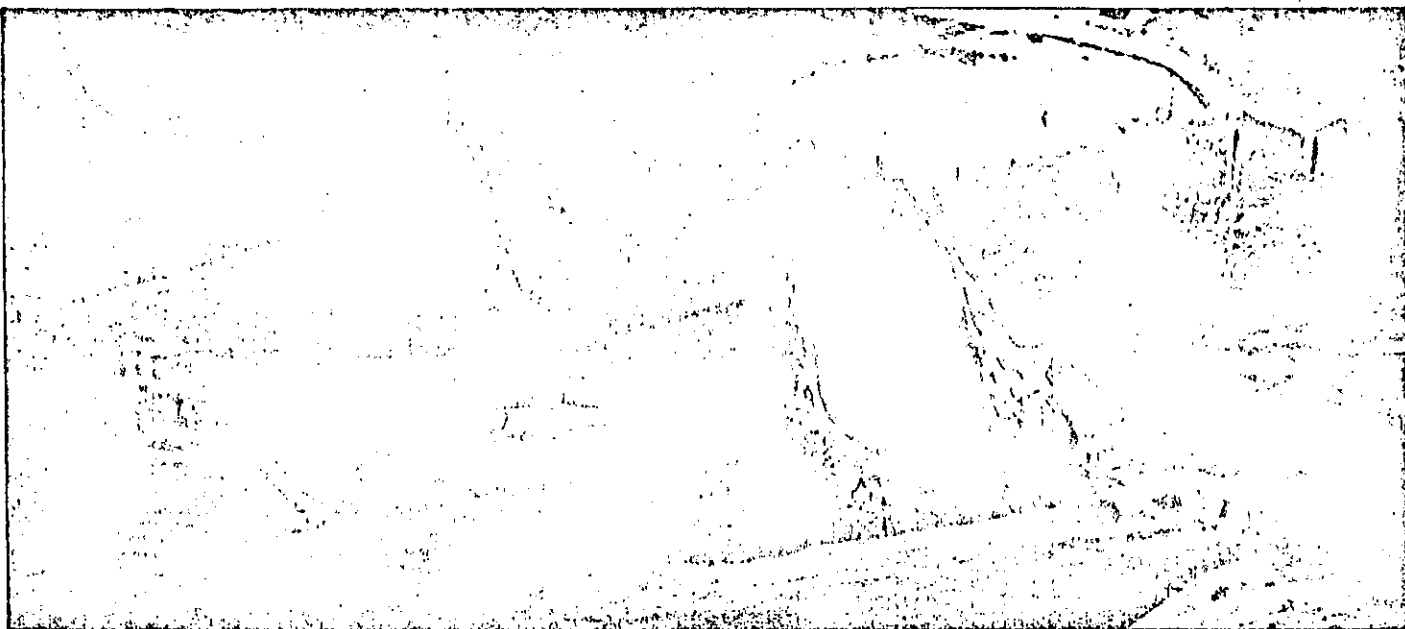
A Amazônia possui 1/5 das florestas do mundo, 1/6 de sua água doce e 1/10 de todas as espécies terrestres. Segundo alguns especialistas em menos de 75 anos o sistema como um todo pode entrar em colapso, condenando a humanidade a um futuro incerto. A maior tragédia, atualmente, é sem dúvida o acelerado desmatamento que já destruiu boa parte da cobertura vegetal no estado de Rondônia e que, devido às coerções de um sistema capitalista global e a necessidade de produzir a qualquer custo para exportar, se alastra agora pelo sudeste do Pará e do Maranhão.

Para dar apenas um exemplo das proporções do problema, vejamos o que vem acontecendo, numa área restrita do Projeto Ferro-Carajás. Ao longo da ferrovia, foi aprovada a instalação de onze indústrias siderúrgicas, com incentivos do Programa Grande Carajás (PGC): cinco em Açailândia, três em Jarabá, uma em Parampebas, uma em Rosário e uma em Santa Inês. Estas indústrias precisarão de 3,2 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal ao ano, o que corresponde a um desmatamen-

to anual de vinte mil hectares. Por outro lado, em quatro anos, de 1982 a 1984 se desmatou no Pará quatrocentos mil hectares. O PGC argumenta que as indústrias apenas consumirão 1/5 desse total, por ano, querendo mostrar que o desmatamento ocorre antes mesmo das indústrias lá se localizarem. Na verdade o que vai acontecer é que os dois tipos de desmatamentos irão se somar. Por sua vez o IBDF estipulou que 50% do carvão seja retirado da área pertencente à própria indústria exigindo reflorestamento. Mas o prazo para esse reflorestamento seria de dez anos. É fácil calcular que durante este tempo a destruição florestal terá alcançado proporções irreversíveis. Mesmo assim estas indústrias ainda precisarão comprar parte de seu carvão a terceiros. Deste modo a população local, garimpeiros, regionais e índios se transformarão em carvoeiros.

As reservas indígenas diretamente ameaçadas são Caru, Pindaré, Guajá, Arariboia, no Maranhão, e Mão Maria, no Pará.

Para Mão Maria, aliás, o problema já



O desmatamento na Amazônia alcançará proporções irreversíveis nos próximos dez anos.

se configurou, ainda que indiretamente. Há 130 famílias de posseiros cadastrados dentro da reserva indígena e que deverão ser reassentados. Uma das áreas destinadas ao reassentamento, a fazenda Uba, à margem esquerda do Tocantins, no município de São João do Araguaia, foi adquirida para servir como reserva de carvão vegetal para a Itaminas, uma siderúrgica, já instalada com incentivos do PGC. Uma outra situação que está se tornando insustentável é a retirada de madeira nobre, especialmente mogno, das reservas dos índios Rayapó, no sudeste do Pará, pelas madeireiras instaladas ao longo da PA-279 e em São Félix do Xingú. Não temos cifras precisas da retirada global de mogno naquela região, mas o exemplo dos Xikrin do Cateté pode dar uma idéia dos mecanismos locais e da complexidade da situação que se cria quando os índios entram neste tipo de negociação.

Em 1980, uma fazenda invadiu a reserva desses índios e desmatou totalmente 39 mil hectares. Desde 1982, o Getat desmatou uma faixa de 8 km de largura e o pique demarcatório sul da reserva e a PA-279 para o assentamento de colonos. Foram destruídos arbitrariamente hectares de mata e poluídas as cabeceiras dos rios que banham o território Xikrin. Devido a esse desmatamento o acesso às matas da reserva se tornou mais fácil.

Em 1985, pressionado pelos índios, o delegado regional da Funai em Belém assinou um contrato particular de alienação de 8.000 m³ de mogno com a firma Ipama Indústria de Madeiras Ltda. O que representa a derrubada de 2.500 árvores de mogno na reserva Xikrin ou

no mínimo 400 hectares de massa contínua destruída. Não há nenhuma cláusula que proíba a destruição de outras espécies, como os buritizais, que se encontram, sob forma concentrada, justamente na região sul da reserva. Não se entende, tampouco, porque o contrato é apenas para o mogno, quando se sabe que muitas outras espécies, de grande valor comercial serão também derrubadas. Não há nenhuma cláusula sobre as técnicas de retirada da madeira, estradas de acesso, controle da medição.

Sem dúvida os índios foram pressionados pela madeireira. Mas como atacar publicamente a "vontade" dos índios, se hoje se luta pelo respeito a essa vontade, e até pela autodeterminação dos povos indígenas. Ainda mais a Constituição declara que os índios têm o usufruto exclusivo de todas as riquezas e utilidades existentes em suas terras.

A pedido do Comitê de Ajuda aos Xikrin, a advogada Eunice Paiva elaborou um parecer para permitir uma discussão mais ampla sobre o tema. O que ela discute é o que se deve entender por usufruto sem destruir a substância da coisa. Isto é, o Índio pode usar, como sempre o fez, os frutos da floresta, mas são utilidades para a construção de casas, instrumentos de trabalho etc., o que não destrói a substância do bem que é a floresta. Segundo a advogada, o direito moderno tem considerado a floresta como um bem comum e a protege com leis especiais. E assim sendo, está excluída a hipótese de extrair madeira de terra indígena para que o produto se constitua em bem de patrimônio indígena ou renda. Do ponto de vis-

ta legal, segundo o código florestal, é proibido retirar madeira de uma área indígena assim como desmatar ao longo das margens dos rios e igarapés, ou ainda destruir nichos ecológicos de grande importância para a preservação e renovação de certas espécies. O mogno, como se sabe, não é renovável. Trata-se assim de uma perda pura e simples.

Os índios explicam que os brancos estão destruindo as florestas de seus territórios tradicionais. De modo imediato, e seguindo o modelo vigente na região, eles raciocinam que perdido por perdido é mais vantajoso eles mesmos venderem a sua madeira. O que é mais grave é que esta venda não obedece a nenhum programa ou a uma necessidade presente. Os índios, atualmente, não sabem nem como ou em que aplicar as grandes quantias de dinheiro recebidas pela madeira, em benefício da comunidade.

Não resta dúvida que uma política de preservação ambiental apenas pode ser implantada quando considerada sob a forma de uma política global, a nível nacional e da qual os índios, enquanto cidadãos brasileiros, também participariam.

A questão indígena, hoje, é parte indissociável de uma questão bem maior: o futuro da Amazônia.

(Texto extraído do Boletim da Associação Brasileira de Antropologia nº 2, agosto/novembro de 1986)

Lux Vidal é antropóloga do Depto. de Ciências Sociais da USP, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo e realiza pesquisas e atividades de apoio aos Xikrin do Cateté há vinte anos.

THE GRANDE CARAJAS PROGRAMME - PROJECTS AND INDIAN TERRITORIES

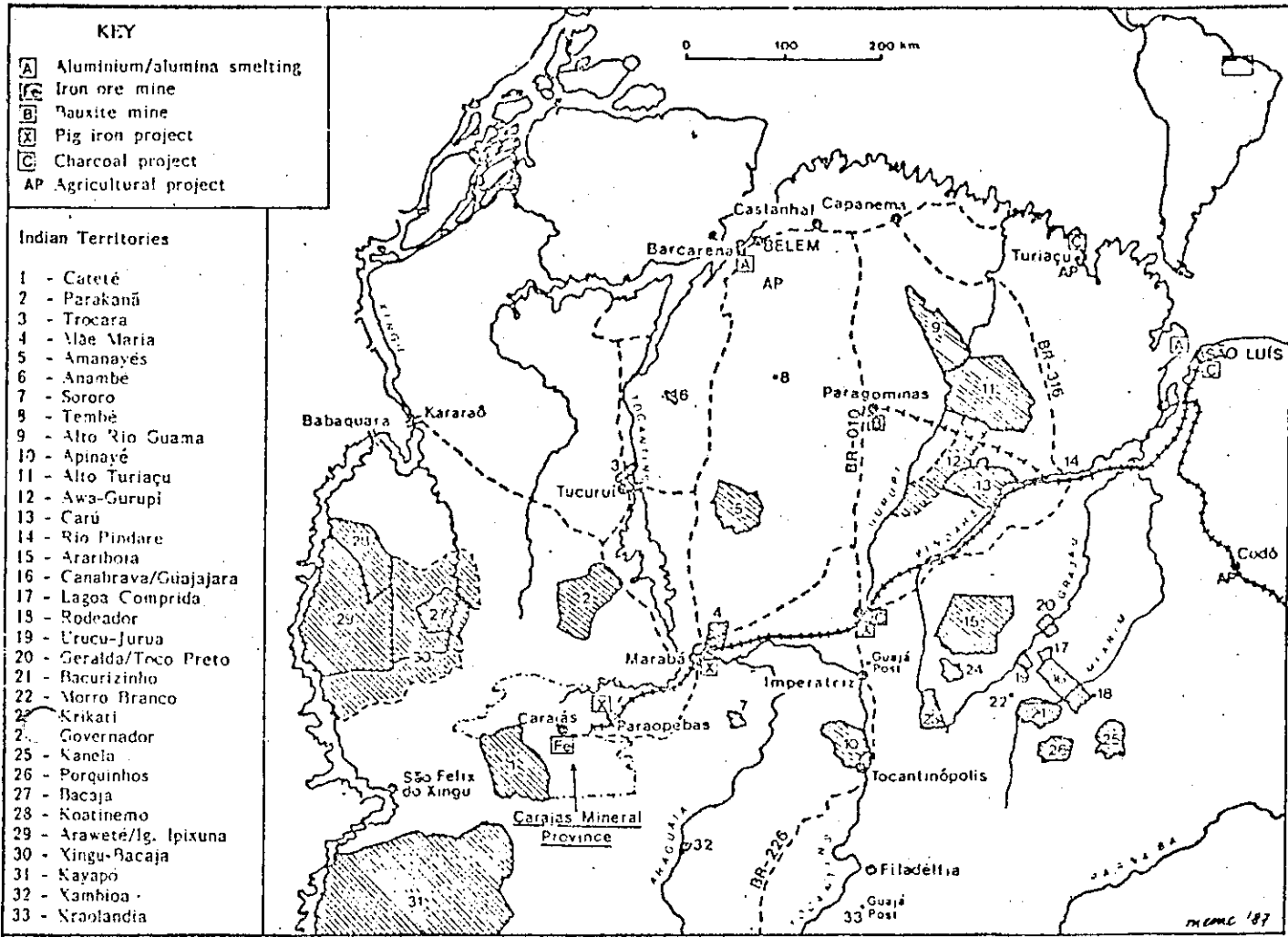


Table 2:
Investment in Carajás Ferro (incl. railway and port terminal)*

| Institution | US\$ (Millions) |
|--|-----------------|
| CVRD | 852 |
| Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social | 1,020 |
| Total Brazilian | 1,872 |
| Foreign | |
| European Coal and Steel Community | 600 |
| Dresdner Bank & Morgan Guaranty Trust USA | 100 |
| KfW Bank (Germany) | 122.5 |
| Private Banks (USA) | 129 |
| Supplier-Credit (Europe) | 37 |
| Nippon Carajas & Consortium of Japanese Banks including: Bank of Tokyo (150) | 500 |
| Eximbank (50) | |
| Private Banks (129) | |
| Supplier-Credit (36) | |
| World Bank (IBRD) | 304.5 |
| Total Foreign | 1,770 |
| GRAND TOTAL | 3,642 |

*As at January 1983 (World Mining, Jan. 1983, p.52)

As can be seen from Table 2, the largest single investor in the Project is the EEC, more specifically the European Coal and Steel Community.